



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Departamento de Comunicação

Veículo: MPF

Data: 07/06/2019

Local/Abrangência: Estadual

Editoria/Coluna: Notícias

Link/página: <http://www.mpf.mp.br/regiao4/sala-de-imprensa/noticias-r4/audiencia-publica-instruira-procedimentos-do-mpf-contra-corte-de-verbas-para-educacao-federal>

Audiência pública instruirá procedimentos do MPF contra corte de verbas para educação federal

Evento, realizado em Porto Alegre (RS), reuniu cerca de 80 pessoas nesta sexta-feira (7)



Fotos: Ascom PRR4

O Ministério Público Federal (MPF) reuniu em audiência pública, nesta sexta-feira (7), em Porto Alegre (RS), membros da instituição que atuam na área de Direitos do Cidadão, representantes das universidades e institutos federais na região Sul, associações nacionais de reitores, docentes, discentes e outras organizações da sociedade civil. Cerca de 80 pessoas estiveram presentes, além dos que acompanharam o debate via **TVMPF** – o vídeo completo será disponibilizado entre os dias 10 e 11 de junho.

O objetivo, anunciado pelo presidente da mesa, o procurador regional da República Paulo Gilberto Cogo Leivas, foi instruir procedimentos relacionados ao corte de verbas para universidades públicas federais e institutos federais, coordenados pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Convidados, os ministérios da Educação e da Economia, bem como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), não enviaram representantes.

"É tempo de defender as palavras da Constituição Federal de 88, mas é tempo também de defender o legado, o patrimônio, aquilo que se construiu concretamente ao longo desses anos. E a hora é agora. Se não nos articularmos agora na defesa da universidade pública e da autonomia universitária – que é a liberdade de pensar, de pesquisar, de ensinar, de ter atividades de extensão junto à comunidade – é provável que daqui a um ano não tenhamos mais luta para travar", alertou o procurador federal dos Direitos do Cidadão adjunto Domingos Sávio Dresch da Silveira.

Ele destacou que a PFDC entende que a luta contra o corte de recursos para o sistema federal de ensino é pela defesa da autonomia universitária. Apontou ainda que contingenciamentos "típicos de gestão" foram realizados antes e depois da Constituição. Contudo, considera que hoje a expressão é usada para cortar recursos públicos com o "objetivo claro de destruir a universidade pública e colocar seus reitores e gestores de joelhos". Por fim, destacou o **Dia D em Defesa da Educação**, realizado em 15 de maio, como marco do compromisso e da atuação articulada de procuradores regionais dos Direitos do Cidadão em todo o país em defesa do princípio da proibição do retrocesso. "Nenhum direito a menos, é disso que se trata, é esse o nosso compromisso, e por isso estar com vocês aqui hoje nos enche de esperança e reafirma nossa aliança na luta e na defesa da universidade pública e da autonomia universitária", disse.

ATUAÇÕES DA PFDC/PRDCs: UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS



CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS PARA AS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

Decreto nº 9.711, de 15/02/2019
Decreto nº 9.741, de 29/03/2019

PROVIDÊNCIAS:

Atuação coordenada nacional PFDC, através do Ofício Circular nº 7/2019/PFDC/MPF (em 30/05/2019);
Unidades do MPF em 27 unidades da Federação que instauraram procedimentos extrajudiciais
Unidades MPF com procedimentos instaurados: 61
Nº de Autos instaurados: 73 no total (55 instaurados após a ação coordenada, 18 instaurados anteriormente à iniciativa)
Nº de Instituições de ensino superior oficiadas: 94
Situação em apuração.



EXTINÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Decreto nº 9.725, de 12/03/2019



CONGELAMENTO DE BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO – CAPES E CNPO

PROVIDÊNCIAS:

Instaurado Inquérito civil.
Andamento: em fase de instrução



DECRETO QUE TRATA DE ATOS DE NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA – LIMITAÇÃO À NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DE PRO REITORES PELOS REITORES E SUBMISSÃO AO SISTEMA INTEGRADO DE NOMEAÇÕES E CONSULTAS

Decreto nº 9.794, de 14/05/2019

PROVIDÊNCIAS:

Instaurado Inquérito civil.
Andamento: em fase de instrução.



DECRETO QUE INSTITUI PORTAL ÚNICO "GOV.BR" E DISPÕE SOBRE AS REGRAS DE UNIFICAÇÃO DOS CANAIS DIGITAIS DO GOVERNO FEDERAL, INCLUINDO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.

Decreto nº 9.756, de 11/03/2019

PROVIDÊNCIAS:

Instaurado Inquérito civil.
Andamento: em fase de instrução.

MPF

A seguir, os procuradores regionais dos Direitos do Cidadão dos estados da Região Sul – Enrico Rodrigues de Freitas (RS), Cláudio Valentim Cristani (SC) e João Vicente Beraldo Romão (PR) – celebraram a oportunidade do diálogo com a sociedade e informaram ao público os procedimentos instaurados a partir do Dia D (clique na imagem ao lado para ver um resumo). Representantes das universidades e institutos federais revelaram como os cortes têm atingido as instituições, inviabilizando contratos como os de vigilância e limpeza, de restaurantes e hospitais universitários, além de comprometer projetos de pesquisa e extensão.

Manifestaram-se, ainda: a deputada federal Maria do Rosário, que, representando a Subcomissão Permanente de Educação Superior da Câmara dos Deputados, observou que nem a Constituição Federal nem o Plano Nacional de Educação vêm sendo observado; o secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, Faisal Karam; o reitor da Universidade Federal do Paraná e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ricardo Marcelo Fonseca; o representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico (Proifes), Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira; o representante do Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Flávio Luís Barbosa Nunes; e o representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), Luis Filipe Eich.

Contribuições – Também se manifestaram na audiência a vice-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jane Fraga Tutikian; o reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Júlio Xandro Heck; a reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Lucia Campos Pellanda; o vice-reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Luciano Schuch; a reitora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Maira Clara Kaschny Schneider; a presidente da Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS, Elisabete Búrigo; o reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Curi Hallal; o representante da Associação de Mães e Pais pela Democracia, Renato Nakahara; a representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Maria Beatriz Luce; o representante do Coletivo Professores pela Democracia (PPD), Felipe Comunello; o presidente do Sindoif - Seção Andes-SN no IFRS, André Martins; o representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Erick Kayser Vargas da Silva; a reitora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Carla Comerlato Jardim; o reitor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Marco Antonio Fontoura Hansen; do reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Gustavo Oliveira Vieira; a secretária da Associação Nacional de História - Seção RS, Clarice Gontarski Speranza; e a representante da União Estadual de Estudantes/RS (UEE), Gabriela Silveira.

Assessoria de Comunicação

Ministério Público Federal na 4ª Região

Fone: (51) 3216 2015 - 2016 - 2017

E-mail: pr4-ascom@mpf.mp.br

Site: <http://www.mpf.mp.br/regiao4/>

Twitter: mpf_prr4

Audiência Pública | Debate sobre bloqueio de verbas nos institutos e universidades federais

